

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE SOBRE ACOLHIMENTO EM SALA DE VACINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Natasha Seleidy Ramos de Medeiros¹
Ingrid Bergmam do Nascimento Silva²

RESUMO

A Atenção Primária à Saúde (APS), é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização, com o propósito de trazer a saúde próxima a vida das pessoas. Diversas são as ações e estratégias de cuidado nesse cenário, dentre elas destaca-se as campanhas de vacina. E no cotidiano do serviço é primordial a reorientação da atuação, por meio de formação continuada. Suprindo essa necessidade na Educação Permanente à Saúde. Assim, o objetivo desse trabalho é relatar a experiência exitosa da capacitação em acolhimento em sala de vacina para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e técnicos de enfermagem de Unidade de Saúde da Família (USF) Integrada do município de João Pessoa, Paraíba. A temática foi levantada pelo interesse dos próprios ACSs e técnicos de enfermagem, no tocante a dificuldade encontrada pelos mesmos em realizar busca ativa, informações e conhecimento sobre o calendário vacinal e suas peculiaridades. Foram realizadas metodologias ativas, participativas e problematizadoras, destacou-se a roda de conversa e gincana para aprendizado mútuo sobre o tema proposto. Torna-se imprescindível que esta iniciativa possa continuar e ser ampliada.

Palavras-chave: Formação Profissional em Saúde, Educação Permanente em Saúde, Agentes Comunitários de Saúde.

INTRODUÇÃO

Com a intenção de fortalecer o setor público de saúde, aumentar a cobertura de ações de saúde para todos os cidadãos, incluindo a medicina preventiva à saúde, o Sistema Único de Saúde é constituído (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Por meio da publicação da Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que garante a saúde como um direito fundamental de todo ser humano e é dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, ainda nos traz que o dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade (BRASIL, 1990).

A Atenção Primária à Saúde (APS), é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização, com o propósito de trazer a saúde próxima a vida das pessoas. Deve ser o

¹ Fisioterapeuta, Mestanda do Curso de Modelos de Decisão e Saúde da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, natashaseleidy@gmail.com;

² Enfemeira, Mestanda do Curso de Modelos de Decisão e Saúde da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ingridgba2006@hotmail.com.

contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Por isso, é fundamental que ela se oriente pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade e as diretrizes de regionalização e hierarquização, territorialização, população adscrita, cuidado centrado na pessoa, resolutividade, longitudinalidade do cuidado, coordenação do cuidado, ordenação da rede e participação da comunidade (BRASIL, 2017).

Para atender ao propósito da APS, em 1994 foi criado o Programa de Saúde da Família (PSF), posteriormente Estratégia de Saúde da Família (ESF), que conta com uma equipe multiprofissional composta por médico, enfermeiro, odontólogo, auxiliar em saúde bucal, técnico de enfermagem e o Agente Comunitário de Saúde (ACS). Atualmente, possui um leque de profissionais para aumentar a resolutividade das equipes de saúde, o chamado Núcleo de Apoio da Saúde da Família (NASF), que atua em duas dimensões: clínico-assistencial e técnico-pedagógica (BRASIL, 2014).

Diversas são as ações e estratégias de cuidado na APS, dentre elas destaca-se a campanhas de vacina. A Política Nacional de Imunização foi criada em 1973, é um programa de busca e inclusão social com a finalidade de fazer uma cobertura vacinal gratuita a fim de erradicar doenças (BRASIL, 2013).

No cotidiano do serviço é primordial a reorientação da atuação, por meio de formação continuada. Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), foi instituída no ano de 2004 e representa um marco para a formação e trabalho em saúde no Brasil (BRASIL, 2004).

A partir do reconhecimento da importância dos profissionais da APS, especialmente dos ACSs e técnicos de enfermagem, para a rotina do serviço, busca ativa e abordagem preventiva no tocante à imunização. E a partir, da necessidade de propor, em conjunto, estratégias de intervenção e cuidado para a população local, surgiu o interesse em desenvolver uma capacitação para atuação em sala de vacina.

Dessa forma o objetivo desse trabalho é relatar a experiência exitosa da capacitação em acolhimento em sala de vacina para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e técnicos de enfermagem de Unidade de Saúde da Família (USF) Integrada do município de João Pessoa, Paraíba.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo Relato de Experiência proveniente da vivência pessoal dos profissionais enquanto Residentes Multiprofissionais em Saúde da Família e Comunidade - RMSFC, a partir da análise de caráter qualitativo sobre a capacitação sobre acolhimento na sala de vacina, que ocorreu para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e técnicos de enfermagem em Grupo Operativo de cuidado. O cenário de estudo foi uma Unidade de Saúde da Família Integrada – denominada Unidade Escola, composta por quatro equipes de Saúde da Família (eSF), localizada na zona sul do município de João Pessoa/PB.

Com o intuito de aprofundar e trazer uma familiarização ao tema desse relato, realizou-se pesquisa exploratória e análise bibliográfica da literatura. A estruturação dessa experiência se deu por meio dos estudos de casos, reuniões coletivas com as eSF e NASF, das anotações em diário de campo, leitura de prontuários, das observações em visitas domiciliares e trabalho em equipe, planos de intervenções conjuntos, bem como através técnicas de comunicação verbal e não-verbal com os participantes.

DESENVOLVIMENTO

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), é resultado de lutas e esforços promovidos pelos defensores do tema da educação dos profissionais de saúde, como forma de promover a transformação das práticas do trabalho em saúde, a é uma conquista da sociedade brasileira. A institucionalização da PNEPS se deu por meio da publicação da Portaria GM/MS nº198, de 13 de fevereiro de 2004 e sua implementação seguiu anos depois com a portaria GM/MS 1.996/07.

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma estratégia, que marca a gestão político pedagógico, trazendo os problemas e necessidades que surgem na rotina do processo de trabalho em saúde, e articula a atenção à saúde, o ensino, a gestão do sistema a participação e o controle social no SUS (BRASIL, 2009).

O objetivo da EPS é qualificar e aperfeiçoar os profissionais de saúde em vários níveis de atenção à saúde, considerando a sua rotina de trabalho, com a finalidade de se ter a melhoria do acesso, qualidade e humanização na oferta de serviços e também potencializar os processos de gestão político institucional do SUS no território (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, temos o movimento social articulado em rede que veio se fortalecendo desde o da década de 90, a Educação Popular. Sistematizada, principalmente, por Paulo Freire, prioriza a educação, não como uma prática para depósito de conteúdo, mas sim, como uma ação emancipatória, que deve ser problematizadora e reflexiva, em uma relação diálogo entre educador e educando, possibilitando um aprendizado mútuo e transformador da realidade (COSTA, 2017).

A Política Nacional de Educação Popular em Saúde, instituída pela Portaria nº. 2.761/13 apresenta-se como um caminho capaz de contribuir com metodologias, tecnologias e saberes para a constituição de novos sentidos e práticas no SUS. Onde, a Educação Popular é compreendida como perspectiva teórica orientada para a prática educativa e o trabalho social emancipatórios, conduzida para a promoção da autonomia das pessoas, à formação da consciência crítica - que leva o sujeito a reconhecer-se como agente de transformação da realidade, à cidadania participativa e à superação das desigualdades sociais (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013).

Na Educação Popular o processo educativo parte de uma situação real vivida pela população, uma situação motivadora para o trabalho em grupo, que de maneira geral, se mostra um desafio a ser enfrentado. O processo de construção do conhecimento é uma produção histórica e social, resultante da participação e do protagonismo dos sujeitos nela envolvidos, daí a ação emancipatória (COSTA, 2017).

Na Política Nacional de Educação Popular em Saúde, a aprendizagem significativa, a problematização como método de transformação das práticas profissionais por meio da reflexão crítica sobre o processo de trabalho ganha notoriedade.

Como pilares dessa construção a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (2012), traz o diálogo como um encontro de sujeitos e seus conhecimentos construídos histórica e culturalmente, ele acontece quando cada um, de forma respeitosa, coloca o que sabe à disposição do outro para ampliar o conhecimento crítico de todos sobre a realidade que se quer transformar, dessa forma acontece a valorização dos saberes e iniciativas de cada sujeito; a amorosidade que pressupõe a valorização do afeto como elemento estruturante da busca pela saúde que leva a um vínculo, uma compreensão mútua e solidariedade; a problematização, que discute os problemas surgidos na realidade do cotidiano com todas as suas contradições, valorizando a experiência prévia de cada um, resgatando potencialidades e capacidades para intervir; a construção compartilhada do conhecimento que é resultado do diálogo, possibilita a

construção de práticas e conhecimentos de forma participativa, protagonista e criativa para a conquista da saúde, no sentido de promover o cuidado

Tendo, ainda os pilares da emancipação que é um processo coletivo e compartilhado de conquista das pessoas e dos grupos no sentido da superação e libertação de todas as formas de desumanização que ainda separam o país que temos do que queremos; o compromisso com a construção do projeto democrático e popular que se orienta pela perspectiva de construção de uma sociedade justa, solidária, democrática, igualitária, soberana e culturalmente diversa, que permeia as lutas sociais, e pelo direito universal à saúde no Brasil, tendo como protagonistas os sujeitos populares (BRASIL, 2012; SANTOS, 2013).

Para que se coloque em prática a Educação Popular em Saúde é indispensável o uso de Metodologias Ativas que são vistas como recursos didáticos com possibilidades de complementação das estratégias formativas, têm como diferencial o protagonismo construído junto aos sujeitos. Permitem a articulação entre o ensino, o serviço e a comunidade, pois possibilitam uma vivência de experiência significativa, na leitura e intervenção consistente da realidade, valoriza todos os atores envolvidos no processo de construção coletiva e seus diferentes conhecimentos e promove a liberdade no processo de pensar e no trabalho em equipe (CALDARELLI, 2017).

O Ministério da Saúde ao compreender que a Atenção Primária à Saúde (APS), é fundamental à promoção da saúde, prevenção e cura das doenças, além da reabilitação. Aborda o Programa Nacional de Imunização (PNI), como uma das estratégias de promover ações preventivas por meio de campanhas, onde buscam incentivar os usuários de qualquer idade. Precisando atingir uma abordagem humanizada no atendimento, que irá esclarecer dúvidas a respeito da segurança do procedimento e eficácia dos imunobiológicos (FEITOSA; FEITOSA; CORIOLANO, 2010).

A APS, apresenta novas e amplas abordagens no processo saúde/doença, sendo fundamental a inserção de profissionais capacitados para atuar de forma interdisciplinar e resolutiva. Assim, o Ministério da Saúde e Educação vêm investindo na Estratégia de Saúde da Família (ESF), e assim surgem, os programas de residência em saúde da família e comunidade, na busca de formar profissionais capacitados e diferenciados na formação educacional e profissional. O programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade - RMSFC, parte da pós-graduação lato sensu da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de João Pessoa/PB com apoio educacional das Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba-FCM/PB e Universidade Federal da Paraíba-UFPB. A residência é composta por cinco categorias

profissionais, a saber, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia e Farmácia, sendo 25 residentes distribuídos nas Unidades de Saúde da Família do município, durante dois anos de formação (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2016). Os residentes multiprofissionais nas ações do processo de aprendizagem e trabalho vêm atuando junto à equipe de saúde das Unidades de Saúde da Família, buscando realizar um atendimento integral e multiprofissional com caráter interdisciplinar, procurando compreender a necessidade do território, dialogando com os agentes de mudanças, os próprios usuários e as famílias. Podendo atuar em Grupo Operativo (GO), de educação permanente para profissionais, de atividades de educação em saúde para gestante, idosos, cuidadores, adolescentes, usuários com transtornos mentais, os próprios profissionais que compõe as equipes, por meio de roda de conversas, palestras, interconsultas e o próprio GO.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabendo-se que, no contexto atual, o processo de trabalho na APS passa por inúmeros entraves, no cotidiano do serviço os profissionais em muitos casos carecem de estímulo, reconhecimento profissional e a capacitação para lidar com as demandas em saúde de diferentes grupos etários (PERUZZO, 2018).

A partir da percepção e diálogo com as equipes de Saúde da Família (eSF) e NASF da Unidade de Saúde da Família Integrada do município de João Pessoa sobre a necessidade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) e técnicos de enfermagem terem um momento de construção de saberes. Surgiu o interesse no segundo ano de formação das Residentes Multiprofissionais em Saúde da Família e Comunidade de realizar uma proposta de intervenção com a capacitação desses profissionais com o tema de acolhimento em sala de vacina.

A temática foi levantada pelo interesse dos próprios ACSs e técnicos de enfermagem, no tocante a dificuldade encontrada pelos mesmos em realizar busca ativa, informações e conhecimento sobre o calendário vacinal e suas peculiaridades. Com os objetivos de promover qualificação teórico-científica por meio de capacitação, trazendo como referência à Educação Popular em Saúde (EPS); criar um espaço interativo para troca de experiências entre os profissionais, por meio de Metodologias Ativas; estimular e promover a valorização profissional, potencializando o papel dos mesmos como educador popular e promotor da saúde.

O local escolhido para realização do encontro foi as dependências da USF Integrada e espaços sociais da própria comunidade, ao final do ano de 2017.

Estiveram presentes no encontro com o tema acolhimento na sala de vacina as Residentes Multiprofissionais em Saúde Mental, estagiários de enfermagem e medicina, técnicos de enfermagem e enfermeira da UBS, além das Residentes Multiprofissionais em Saúde da Família e Comunidade. Em conjunto com os ACSs e técnicos de enfermagem confeccionamos em cartolina o quadro do Calendário Vacinal Anual, onde cada quadrado era preenchido com a vacina, a faixa etária de uso da vacina e importância dessa para o usuário.

Durante a elaboração dessa Metodologia Ativa, ocorreu uma roda de conversa sobre as dificuldades encontradas no território sobre o entrave do uso da vacina, a falta de conhecimento e barreiras impostas pelos pais, que implica em dificuldade de conseguir convencer os pais a vacinação de crianças, dificuldade dos ACSs em entender as cadernetas de vacinas para conseguir encaminhar o usuário para USF e realizar a prevenção das doenças e promoção da saúde.

Em seguida, ocorreu outra Metodologia Ativa dialogamos por meio de uma gincana, onde dividimos as equipes e realizamos jogos de perguntas e respostas sobre o tema, onde muitas dúvidas foram esclarecidas.

Dentre as metodologias ativas, participativas e problematizadoras, destacou-se a roda de conversa, que de forma horizontal promoveu o diálogo e a construção do saber referenciadas na cultura popular e conhecimento coletivo. Uma de suas características tem sido a construção compartilhada entre seus atores desde sua formulação, promovendo assim a visibilidade das ações e práticas da Educação Popular em Saúde.

Ao final da atividade desenvolvida realizou-se dinâmica de interação, momento de relaxamento, musicoterapia, aromaterapia com difusor de ambiente, cinesioterapia laboral, massagem, meditação e autocuidado. Tornando-se um momento muito importante para o cuidado e o vínculo entre todos que participavam do momento, proporcionando apoio mútuo e cuidado em saúde do trabalhador.

Ao do encontro se deu a roda de avaliação, para esse momento confeccionamos uma caixa de sugestões e também aconteceram análise das atividades em conjunto com os participantes, observações e registros em ata. Para aumento da valorização e reconhecimento profissional ocorreu a entrega do certificado contabilizando 04 horas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encontro foi desenvolvido com uso de Metodologias Ativas, participativas e problematizadoras, sempre levando em consideração as demandas trazidas pelos profissionais, por meio de aprendizagem significativa. Tornando os mesmos protagonistas do processo de aprendizagem, agindo de forma crítica e reflexiva com base na Educação Popular em Saúde.

A escolha pelo tema foi objeto de uma construção coletiva da qual participaram os ACSs, os técnicos de enfermagem, as residentes e em alguns momentos as eSF e NASF. Evidenciando a necessidades de aprendizagem e Educação Permanente em Saúde, de acordo com a realidade local. Assim, ocorreu diálogo e intervenções, minimização de dúvidas e criação de estratégias de busca ativa e vacinação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do sistema único de saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. 2004.

Brasil. Portaria nº 1.996 GM/MS, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Diário Oficial da União**. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio a Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. **Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 10 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL, PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de setembro de 2017. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html > Acesso em: 02 de julho de 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília: **Ministério da Saúde**, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Programa Nacional de Imunizações (PNI): 40 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: **Ministério da Saúde**, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 80.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de setembro de 1990.

BATISTA, Karina Barros Calife; GONCALVES, Otília Simões Janeiro. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. **Saude soc.**, São Paulo , v. 20, n. 4, p. 884-899, Dec. 2011.

CALDARELLI, P. G. A importância da utilização de práticas de metodologias ativas de aprendizagem na formação superior de profissionais da saúde. **Revista SUSTINERE**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 175-178, 2017.

COSTA, L. J. de A. da. **A metodologia problematizadora da educação popular na formação em saúde da UFPB**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa, 2017.

FEITOSA, Lucas Rodrigues; FEITOSA, Jullyanne Alexandre; CORIOLANO, Maria Wanderleya de Lavor. Conhecimentos e Práticas do Auxiliar de Enfermagem em Sala de Imunização. **Cogitare Enfermagem**. Várzea, v. 15, n. 4, 2010.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014.

PERUZZO, Hellen Emília et al . Os desafios de se trabalhar em equipe na estratégia saúde da família. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 4, e20170372, 2018 .

SANTOS, S. A. **Curso Educação Popular em Saúde**. / organizado por Simone Agadir Santos e Gert Wimmer. - Rio de Janeiro, RJ: ENSP, 2013.